

Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: a mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro

Elder Luan dos Santos Silva¹

Resumo: No Brasil, especialmente em meio a campanha presidencial de 2018, a principal estratégia utilizada pelo neoconservadorismo foi o acionamento da categoria Ideologia de Gênero, um dispositivo mobilizador de pânicos morais em função de um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo das questões de gênero e das sexualidades para impor instrumentos legislativos em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, e o debate sobre gênero e sexualidade na educação. Como reflexo disso, tem se percebido um aumento da LGBTfobia em sua manifestação discursiva e física, a perseguição aos estudos de gênero e sexualidade, e o cerceamento da cidadania LGBT. Esse texto tem como objeto refletir sobre os ataques às questões de gênero e sexualidade e às pessoas LGBT operados no Brasil pelo neoconservadorismo desde a campanha eleitoral que culminou na eleição do presidente Jair Bolsonaro até o seu primeiro ano de governo. Para tanto, serão analisadas as declarações e ataques do atual presidente às questões de gênero, assim como a repercussão disso entre seus seguidores, que tem transformado o discurso antigênero em atos de violência.

Palavras-chave: LGBTfobia; Ideologia de Gênero; Neoconservadorismo; Violência.

¹ Doutorando em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – Gir@ e bolsista de Doutorado Sanduíche na Universidade Paris 8 pelo projeto CAPES-COFECUB Gênero Ameaçado. Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (UFBA). Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Neoconservadorismo, ideologia de gênero e pânico morais

Longe de se limitarem a seus contextos nacionais de articulação, as ofensivas antigênero, que nasceram na Europa em uma aberta oposição aos avanços legislativos no campo das políticas públicas e cidadania LGBT, tem se alastrado por todo o mundo, sendo possível mapeá-lo em todos os continentes do globo. Junqueira (2018) afirma que entre a primeira e a segunda década dos anos 2000 a expressão “Ideologia de Gênero” e suas variações se espalharam por todos os continentes no formato de um poderoso slogan que mobilizava e inflamava na arena política manifestações contra o que as ofensivas antigênero denunciam como modelos de interferência sexual e destruição da família natural. Junqueira (2018) lista 53 países, dos cinco continentes, que desenvolveram mobilizações próprias, porém articuladas com as ações e reivindicações pré-existentes em países vizinhos².

As pesquisadoras das ofensivas antigênero, entre elas Fassin (2019), Furlani, (2016), Miskolci e Campana (2017), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Nara Luna (2017) e Junqueira (2017), tem consensuado de que essas ofensivas são uma reação dos setores mais conservadores da Igreja Católica, em princípio, aos modos como a sexualidade e o gênero tem sido vivenciados e percebidos. Desde 1990 e ao longo dos anos subsequentes, foram numerosos os esforços criativos do Vaticano e de seus documentos episcopais para encontrar expressões que melhor apregoassem suas teorias sobre gênero, e que também funcionassem na mídia e na política para mobilizar as

² Junqueira (2018) lista uma série de países onde é possível identificar ações organizadas/pautadas pelos movimentos antigênero sob a insígnia da “Ideologia de Gênero” e/ou suas variações, sendo eles: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bermuda, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, Chipre, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Cuba, Equador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Guatemala, Honduras, Hungria, Irlanda, Itália, Jamaica, Letônia, Lituânia, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Porto Rico, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Romênia, Suíça, Taiwan, Ucrânia, Uruguai, Venezuela.

pessoas e agentes públicos contra os estudos de gênero e os direitos das mulheres e LGBT.

Especialmente a partir de 2013, esses movimentos ganham força não só no Brasil, mas em toda a América Latina. As ofensivas antigênero foram gestadas no seio da Igreja Católica, há cerca de 20 anos atrás, quando os debates sobre cidadania LGBT e igualdade de gênero começam a ganhar maior centralidade nos domínios públicos e políticos. Essas ofensivas contribuem para a proliferação do termo Ideologia de Gênero, que carregado de um peso altamente negativo, passou a significar um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo das questões de gênero e das sexualidades para impor o debate sobre gênero e sexualidade na educação e em instrumentos legislativos em prol dos direitos sexuais, reprodutivos e da cidadania LGBT.

A construção da Ideologia do Gênero, seja enquanto um objeto ou conceito, se dá em grande parte pelo discurso que a denuncia. A oposição ao gênero, ou a Ideologia de Gênero estrutura um discurso e concede um significado até então inexistente para essas palavras. A Ideologia de Gênero é uma entidade discursiva, composta de um discurso construído em e a partir do discurso.

Especificamente no caso da América Latina, a ofensiva antigênero ganhou contornos próprios, pois muito além de apenas denunciar um suposto caráter ideológico das políticas e teorias de gênero, o combate às questões de gênero, e em especial a quaisquer questões relacionadas à população LGBT, viraram requisitos primordiais na composição identitária dos partidos e candidatos da extrema direita neoconservadora. A estruturação do pensamento neoconservador enquanto teoria, discurso ou prática, aponta que a atual crise de valores que vivemos (na qual se encaixam as questões de gênero e sexualidade) abre espaço para a destruição das fundações da moralidade social (CORSETTI, 2019).

Nessa nova roupagem que o neoconservadorismo tem assumido ao insurgir na América Latina e em alguns países europeus, as questões econômicas ficam em segundo plano, enquanto que os valores morais e a família assumem centralidade nos debates sobre a destruição do estado. O gênero se torna o inimigo em comum dos neoliberais e neoconservadores, e tanto na Europa Ocidental quanto em países latino-americanos, as minorias sociais são transformadas em bode expiatório e repetidamente agredidas por organizações sociais que apoiam e são estimuladas pelas organizações e governos de direita (CORSETTI, 2019).

A América Latina viveu o apogeu de uma onda neoconservadora que surgiu em meados de 2010 e veio se consolidando com a eleição de presidentes vinculados a partidos de direita e centro-direita. Mauricio Macri na Argentina, Jeanine Añez na Bolívia, Sebastian Piñera no Chile, Ivan Duque na Colômbia, Mario Abdo Betín no Paraguai, Martin Vizcarra no Peru, Luis Alberto Vacalle no Uruguai e Jair Bolsonaro no Brasil são alguns dos líderes dos governos de direita que assumiram as presidências na última década, e que tiveram os seus processos eleitorais marcados pelas disputas gênero e apoio incondicional as ofensivas antigênero.

Gênero foi utilizado como critério para identificar se os presidencialistas se posicionavam mais à direita ou à esquerda, sendo rechaçados pelos movimentos vinculados às ofensivas antigênero, que em sua expressa maioria estão vinculados a partidos e organizações de direita, aqueles candidatos que, minimamente, demonstrassem sensibilidade as questões feministas e LGBT. Na mesma medida, os projetos políticos vitoriosos, postos em discussão nos processos eleitorais, excluía as questões de gênero e sexualidade do debate educacional, assim como qualquer política pública no campo da diversidade.

Especialmente no campo educacional, foi onde operaram as principais estratégias de disseminação de pânico morais e combate as questões de gênero, seja na implementação de políticas públicas, a exemplo das legislações sobre identidade de

gênero e uso do nome social, seja na inserção do debate sobre gênero, sexualidade, e estratégias de combate a LGBTfobia e promoção da diversidade na escola.

Diversos foram os ganhos das ofensivas antigênero no cenário educacional dos países da América Latina. Com exceção do Uruguai, onde as estratégias de promoção da diversidade partiram do Ministério da Educação, via publicação de materiais formativos para os docentes, em especial da educação infantil, nos demais países latinos, iniciativas parlamentares ou populares foram barradas nos congressos e no executivo por pressão dos movimentos que consubstanciam as ofensivas antigênero.

Nesse sentido, podemos afirmar que, na América Latina e mais especificamente no Brasil, os movimentos que promoveram ofensivas antigênero saíram vitoriosos na última década, conseguindo pautar as suas agendas, perseguir no debate público, e excluir no campo das políticas públicas e educacionais as questões de gênero, sexualidade e diversidade.

Especialmente na educação, onde é possível mapear os maiores ganhos desses movimentos no Brasil, o debate foi substanciado pelo pensamento neoliberalista e neoconservador, e as concepções de educação que os ronda. O neoliberalismo e neoconservadorismo, enquanto ideários, defendem um projeto de sociedade e um formato de educação reduzido a apreensão de conhecimentos tradicionais, que não contrariem os conteúdos cotidianos de cada família, onde a aprendizagem se dá de maneira individual e focada no adestramento para o trabalho e para reestruturação econômica (GONZALEZ E COSTA, 2018).

Barajás (2018) afirma que o neoconservadorismo transacional é produzido como uma reação aos avanços nos campos das liberdades individuais de decidir sobre o próprio corpo, sobre sua consciência e sobre sua religião, assim como sobre a sua sexualidade, as organizações familiares, as demonstrações de afeto, e tudo aquilo que vai de encontro a moralidade cristã. São gestadas nesses movimentos estratégias de

disseminação de pânicos morais e a incitação do medo, da censura coletiva e do ódio aos atos considerados proibidos, impuros e profanos.

A ideia de neoconservadorismo e grupos neoconservadores foi desenvolvida, segundo Moll (2015), por Michael Harrington e corroborada por Barroco (2015). Segundos os autores citados por Moll (2015), o termo neoconservadorismo refere-se a um novo tipo de conservadorismo com princípios e similaridades neoliberais que passa a se desenvolver, especialmente nos Estados Unidos, a partir da década de 70. Influenciados pelo neoliberalismo clássico, os neoconservadores proclamavam que tanto os programas sociais quanto a interferência do estado na economia traziam prejuízos à produtividade, gerando inflação e endividamentos (BARROCO, 2015). Desde então, o neoconservadorismo passa a se colocar como um movimento que combate o Estado Social e “*os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais*” (BARROCO, 2015, p. 625).

Não apenas relacionados às questões econômicas, os neoconservadores passam a criticar o estado por retirar da família, igreja e da comunidade a responsabilidade pelo bem-estar-social e instituir uma crise de moralidades em função das políticas e programas sociais que geravam uma igualdade pervertida (PEQUI, 2019). O entendimento e a contestação a programas sociais que destoavam dos valores morais tradicionais passam a ser fortemente criticados ao tempo que o retorno à moralidade repressiva é apontado como possibilidade de superação das próprias desigualdades.

Miguel (2016) identifica o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo como três correntes ideológicas conservadoras preponderantes, que desde 2010 vem ganhando espaço no cenário político brasileiro. O autor opera com três definições distintas para cada uma das correntes, a fim de identificar aspectos comuns entre os seus principais postulantes. O libertarianismo defende o menor estado

possível, o fundamentalismo pressupõe a existência de uma verdade universal, moralizada e cristã, e o anticomunismo, que se autodefine e na América Latina, ganha uma nova roupagem com a ameaça bolivariana e o Foro de São Paulo, com ataques coordenados para partidos e movimentos de esquerda.

Esses grupos, articulados, passam a demonstrar preocupação com a eficiência educacional, desde as pedagogias aos critérios avaliativos. Mesmo divergentes em outras questões políticas, esses atores articulam-se em torno de uma suposta modernização educacional que, entre outras coisas, perpassa o endurecimento de práticas conservadoras. Nesse bojo são eleitos conhecimentos e temas que são importantes e desnecessários para a aprendizagem dos estudantes, o foco passa a ser a autonomia individual do aluno e a maximização de competência cognitivas. A escola perde então o seu caráter público e democrático, com vistas à emancipação humana e construção da cidadania, abrindo espaço para que moralidades civilizatórias sejam incorporadas em nome do desenvolvimento econômico e de uma suposta democracia que, na verdade, tende a adaptar a formação escolar aos modos de produção (GONZALEZ E COSTA, 2018).

É desse modo que a escola pública vai sendo desmantelada, sucateada e privatizada, por meio das parcerias público-privadas; é nesse caminho, também, no qual a categoria de professores vai sendo enquadrada como “mal formada”, desinteressada, preguiçosa e, totalmente inverídico, cheias de “regalias!” e, não raro, os professores são denunciados como “militantes” que vão “comer os cérebros das crianças e dos adolescentes”, induzindo-os a serem “zumbis revolucionários” e, assim, cria-se a tese e a necessidade do ataque à escola, ao seu currículo e aos seus professores (BALDAN, 2017, p. 5).

Essa ideia de neutralidade do trabalho pedagógico, assim como a compreensão da educação como estritamente tecnicista, voltado à instrução para o mercado de trabalho, extrapola o espaço da educação básica e ganha terreno também nas universidades, que vem a se tornar um dos principais espaços da perseguição e controle

ideológico. Segundo Ximenes (2016), o controle ideológico sobre professores e estudantes passa a se articular com as outras agendas de reforma educacional do projeto neoliberal, a exemplo das privatizações, do corte de recursos públicos para educação pública, e da militarização das escolas.

Especialmente no que tange aos professores, esse controle ideológico parte da ideia de que é função do professor realizar seu trabalho apenas de forma técnica, e que a escola tem a função apenas de transmitir os conteúdos, essencialmente neutros, estabelecidos pelos documentos legais. No campo das questões de gênero e sexualidade, essa articulação se deu tanto através da remoção de conteúdos e temas dos instrumentos legais, quanto da perseguição a professores e instituições que se propunham a realizar esse debate. O fortalecimento desse discurso permitiu que o Movimento Escola Sem Partido, que acusa as escolas brasileiras de doutrinação ideológica, ganhasse visibilidade e expressão parlamentar ao propor medidas que tentam impedir que professores e professoras expressassem suas opiniões em sala de aula.

Os movimentos que no Brasil se articulam em torno do neoliberalismo e neoconservadorismo tem desenvolvido e ampliado uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBT e igualdade de gênero através da propagação de pânicos morais que hoje tem como principal expoente o presidente Jair Bolsonaro e os parlamentares da bancada evangélica.

Compreendo pânicos morais a partir da definição operada por Miskolci (2007), de que *“pânicos morais emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo ameaçadoras”* (MISKOLCI, 2007, p. 103). No Brasil, especialmente em meio a campanha presidencial de 2018, a principal estratégia utilizada pelo neoconservadorismo foi o acionamento da categoria Ideologia de Gênero, como um dispositivo mobilizador do pânico moral em função da suposta doutrinação feminista e gay das crianças e das transformações que o movimento LGBT pretendia operar nas famílias tradicionais. Assim como em outros

lugares do mundo, a propagação e estímulo de pânicos morais tem funcionado no Brasil como mobilizadores da opinião pública contra a diversidade de expressão da liberdade sexual (LUNA, 2017).

Especialmente pelo uso da categoria Ideologia de Gênero, esses setores têm operado com confusões terminológicas e a partir de distorções semânticas tentam impor conotações negativas ao termo gênero com intuito de promover o pânico moral e incitar as pessoas contra os possíveis avanços no campo dos direitos das mulheres, das minorias sexuais e dos movimentos feministas e LGBT. Como reflexo, tem se percebido um aumento da LGBTfobia em sua manifestação discursiva e física, a perseguição aos estudos de gênero e sexualidade e o cerceamento da cidadania LGBT (COSTA, QUEIROZ, 2019; QUINALHA, 2019).

A partir dessa constatação, trabalho com a ideia de que Gênero e Sexualidade tem centralidade nas discursividades produzidas pelo Governo Bolsonaro, porém a partir de lentes distorcidas que focam não na construção de políticas públicas em prol da cidadania LGBT, mas na produção de pânicos morais e moralidades que contribuem com a expansão da LGBTfobia em suas mais variadas formas de manifestação, consubstanciando as ofensivas antigênero que estão em curso no Brasil desde o início dos anos 2010.

Nesse sentido, e pensando as articulações neoconservadoras e neoliberais que se solidificaram no Brasil desde as eleições presidenciais de 2018, esse texto tem como objeto refletir sobre os ataques às questões de gênero e sexualidade, a disseminação de pânicos morais e as consequências dessa política aos direitos e cidadania das pessoas LGBT, que, no Brasil, estão sendo cerceados pelo neoconservadorismo bolsonarista.

Para tanto, serão analisadas as declarações e ataques do atual presidente às questões de gênero; a repercussão da narrativa da Ideologia de Gênero entre seus seguidores; e decretos presidenciais e proposições legislativas na Câmara dos Deputados. A delimitação temporal de análise vai desde a campanha presidencial

durante as eleições de 2018, ao fim do primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro em 2019.

A agenda antigênero nas eleições de 2018

A campanha presidencial de 2018 que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) foi um período fortemente marcado por um discurso de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBT. Nas semanas que antecederam as eleições presidenciais que aconteceram no dia 28 de outubro, diversos casos de violência contra pessoas LGBT foram registrados: em Aracaju, Layna Fortuna, uma mulher trans, foi assassinada (QUIRINO, 2018); em São Paulo, uma travesti foi morta a facadas sob os gritos de “Bolsonaro” e “Ele Sim” (REVISTA FÓRUM, 2018); em Curitiba, um homem gay foi assassinado e teve seu corpo trancado em um armário (SOUSA, 2018); Julyanna Barbosa, ex-vocalista do grupo Furacão 2000, mulher trans, foi atacada com uma barra de ferro (LIMA, 2018); Netinha Matias, travesti piauiense, de 40 anos, residente da cidade Sigefredo Pacheco, foi brutalmente espancada dentro de sua residência (LINHARES, 2018). Todas essas agressões tem um ponto em comum: foram cometidas por apoiadores declarados do então candidato à presidência da república e presidente eleito Jair Bolsonaro.

As violências simbólicas também foram imensas. Na internet circularam vários vídeos em que era possível ouvir e/ou ver as pessoas entoando ataques às pessoas LGBT: em um deles, um grande grupo de pessoas no metrô de São Paulo cantou: “o bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar viado” (MATOS, 2018); em outro, três crianças cantam: “O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais um recado, corra você que é viado, corra você que é viado, O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais uma onda, corra você sapatona, corra você sapatona” (GGB, 2018).

A jornalista Joana Oliveira (2018) em matéria publicada no site do El País, relatou, em tempo real, como as agressões e os discursos de ódio em torno das eleições de 2018 estavam aumentando a ansiedade e impondo novos modos de existência para um grupo que se sente vulnerável e ameaçado por esses discursos: a população LGBT. A reportagem apurou como um casal de homens gays, uma mulher trans, uma mulher lésbica e outra bissexual, duas mulheres negras periféricas e uma mulher indígena estavam lidando com esses ataques. Os relatos dão conta de um medo latente que tem imposto modificações na forma como essas pessoas tem vivido no Brasil, a exemplo do casal de homens gays que relata como parte de sua estratégia de sobrevivência, voltar para o armário e não mais expor seus afetos em público (OLIVEIRA, 2018).

Um levantamento realizado pela Agência Pública em parceria com o “*Open Knowledge Brasil*” revelou que nos primeiros 10 dias do mês de outubro de 2018, houve pelo menos 70 ataques com motivações políticas contra mulheres, negros e LGBT. Nesse levantamento, é possível localizar que parte desses ataques tem acontecido nas universidades públicas do país.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPA), cerca de seis homens agrediram um estudante em frente à Casa da Estudante Universitária, onde residem os estudantes com maiores índices de vulnerabilidade social. Na Universidade de Pelotas (UFPEL), o professor Luciano Volcan Agostini recebeu ameaças via e-mail de um estudante que dizia estar “envolvido diretamente com a campanha de Bolsonaro” (ZANATTA et al., 2018). Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a professora Denise Carrascosa do Instituto de Letras também foi ameaçada; segundo relatos da mesma, publicados em sua rede social e reproduzidos por diversos sites de notícias, ao passar pela portaria do Instituto de Letras, um estudante a interpelou dizendo “Professora, depois do dia 28 a senhora vai ver” (MUNIZ, 2018). Também na UFBA, no dia 28 de outubro, após o resultado das eleições, militantes pró-Bolsonaro foram à porta da residência universitária, localizada no Corredor da Vitória em Salvador, ameaçar estudantes LGBT.

Uma estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi atacada com socos. Em seu relato publicado na rede social *Facebook* e reproduzido pelo site Brasil de Fato (PITASSE, 2018), ela escreveu que durante a agressão foi chamada de “sapatão de merda e vagabunda” e que “não era uma mulher de respeito”. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) estudantes de Filosofia foram agredidas por estudantes dos cursos de Medicina e Nutrição (UFMA, 2018). Em Teresina, o estudante universitário Lenilson Bezerra, 24 anos, foi brutalmente agredido por 10 homens, vindo a óbito poucos dias depois (PINCEL, 2018). Na Universidade de Brasília (UNB), livros de Direitos Humanos foram rasgados na Biblioteca (MARQUES; CARVALHO, 2018). Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), um aluno jogou uma mesa em direção a um professor da instituição que durante a aula havia exibido um vídeo sobre fascismo (HENRIQUES, 2018).

Além desses ataques direcionados às pessoas e grupos minoritários, a Instituição Universitária foi fortemente atacada nos dias que antecederam o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Um levantamento publicado no dia 26 de outubro pelo site de notícias “Conversa Fiada” (ERTHAL, 2018) dava conta de que pelo menos trinta universidades públicas haviam sido invadidas por policiais e membros da Justiça Eleitoral, sob a justificativa de propaganda eleitoral irregular³.

Dentre as ações policiais, ocorreram remoções de faixas de combate ao Fascismo na UFRJ e na UERJ, a paralisação de aulas públicas com os temas “Contra o Fascismo, pela Democracia” e “Esmagar o Fascismo”, respectivamente na FURG e UFGD, e a invasão de Policiais Militares armados em uma aula que tratava sobre Fake News na

³ Os dados obtidos pelo veículo “Toda Palavra” mostram que as unidades de ensino que tiveram ações da Justiça Eleitoral em parceria com a Polícia foram: Unidades de Ensino da UFGD (Dourados), UEPA (Igarapé-Açu), UFCG (Campina Grande), UFF (Niterói), UEPB, UFMG, Unilab (Palmares), SEPE-RJ, Unilab-Fortaleza, UNEB (Serrinha), UFU (Uberlândia), UFG, UFRGS, UCP (Petrópolis), UFSJ, UERJ, UFERSA, UFAM, UFFS, UFRJ, IFB, Unila, UniRio, Unifap, UEMG (Ituiutaba), UFAL, IFCE, UFPB, UFRPE (Serra Talhada), UNESP (Botucatu), UEAL, Unisinos e IFF (Campos dos Goytacazes).

UFPA, após a filha de um PM realizar uma denúncia de que o professor estaria intimidando estudantes a não votarem no presidenciável Jair Bolsonaro.

Essas ameaças não são novas, e já vem acontecendo há algum tempo, em especial contra docentes universitários que pesquisam e/ou militam em favor das questões LGBT e feministas e em prol do direito das mulheres. Em dois casos bastante emblemáticos, duas professoras universitárias foram ameaçadas de morte: a professora Débora Diniz da UNB passou a ser perseguida nas redes sociais e ameaçada de morte por defender e pesquisar sobre a descriminalização do aborto, entre outros temas dos estudos de gênero e sexualidade (PAULA, 2018); outro caso semelhante a esse aconteceu na UFBA, onde uma professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGB) foi ameaçada de morte em novembro de 2017 por pesquisar questões relacionadas ao aborto e a divisão sexual do trabalho (MARINHO; SANTOS; VIGNE, 2018).

A UFBA também foi alvo de outras perseguições, a exemplo dos ataques e ameaças sofridas pelo Projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo que teve a sua página do Facebook invadida por militantes bolsonaristas. Lemos e Cordeiro (2018) relatam que o projeto, em especial a Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo que aconteceu de 24 a 25 de novembro na UFBA, organizada pelo Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – GIR@, foi alvo de ataques e ameaças tendo como intenção a não realização do evento.

Outra face dessa violência crescente nos últimos anos no Brasil tem se dado justamente nesse campo dos estudos de gênero e das pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com essa temática. A perseguição aos estudos de gênero, que se ampliou no Brasil no contexto da aprovação dos Planos municipais, estaduais e federal de Educação, teve centralidade na campanha presidencial de 2018 e, minimamente no campo das discursividades, opôs, especialmente no segundo turno, dois projetos políticos: um que defendia os direitos das mulheres, negros, LGBT, índios, entre outros

grupos subalternizados, e outro que acreditava que essas agendas eram *coitadismo* (CALEIRO, 2018).

Boa parte das análises da mídia e dos movimentos sociais no Brasil, ainda recentes, atribuem essa crescente violência ao discurso de ódio de Jair Messias Bolsonaro, à época, candidato à Presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL). Ao longo de sua construção enquanto pré-candidato, a popularidade de Bolsonaro cresceu, justamente, devido as suas declarações machistas, racistas, lgbtfóbicas, misóginas e de incitação à violência, comuns em seu discurso desde que atuava como parlamentar na Câmara dos Deputados.

A atuação de Bolsonaro no Congresso sempre foi focada no combate aos direitos e cidadania LGBT, contra direitos sexuais e reprodutivos e a favor da agenda antigênero. Em 2003, enquanto Deputado Federal pelo PP, Bolsonaro já integrava a Frente Parlamentar Evangélica e constantemente usava a tribuna da câmara para criticar a *agenda gay* do Governo Federal na época do primeiro mandato do ex-presidente Lula.

Desde o primeiro ano de governo do presidente Lula que as pautas relacionadas às questões de gênero e sexualidade eram questionadas no congresso. Em 2003, os temas que ganharam maior repercussão foram o Projeto de Lei 379b/2003 que estabelecia o dia 28 de Junho como *Dia Nacional do Orgulho gay*, as proposições de regulamentação da união estável, e a resolução sobre “direitos humanos e diversidade sexual” (E/CN.4/2003L.92) proposta pelo Brasil à ONU a fim de reconhecer a diversidade sexual como parte integral dos direitos humanos.

As manifestações, sejam elas feitas através de discursos ou projetos de lei, eram encabeçadas pelos deputados da Frente Parlamentar Evangélica, que passam a intensificar as acusações contra o governo em 2004 e 2005 em função do programa Brasil Sem Homofobia (BSH) e do financiamento e apoio governamental de *Paradas LGBT* ao redor do país. Especialmente a partir do lançamento do BSH, desenvolve-se a

narrativa de que o governo Lula não só apoiava, como financiava e promovia a *ideologia gay* e os movimentos pró-diversidade.

É notório que desde esse momento os movimentos neoconservadores, articulados nos partidos de direita e grupos cristãos evangélicos e católicos já utilizavam da estratégia dos pânicos morais e disseminação de inverdades atreladas a uma suposta *ideologia homossexual* para tentar frear as ações do programa Brasil sem Homofobia. Entretanto, a lógica discursiva do fundamentalismo neoconservador ainda não ressonava tanto, e talvez por isso não fosse foco de preocupação dos movimentos sociais e da academia na época.

A bancada evangélica e os setores neoconservadores da Câmara dos deputados começam a significar gênero, políticas pró-diversidades e a cidadania LGBT como um mal que proporciona a desestabilização da família tradicional e por isso deveria ser combatido em todos os contextos da administração pública e atuação parlamentar, especialmente nos temas que se relacionam à educação.

Através da ferramenta “Discursos e Notas Taquigráficas” do site da Câmara dos Deputados, onde é possível acessar aos “Discursos Proferidos em Plenário” pelos parlamentares, verifiquei que desde a aprovação do Dia do Orgulho Gay em 2003, até os embates envoltos ao programa Escola Sem Homofobia, Bolsonaro tem um histórico de oposição a avanços legislativos das agendas LGBT e feministas.

Assim como outros parlamentares da bancada evangélica, que passam a ganhar notoriedade na mídia a partir desses enfrentamentos, a imagem de Bolsonaro se popularizou através de programas de TV e da importância dada pelos veículos de comunicação a oposição que o mesmo fazia a agenda dos Direitos Humanos e LGBT, e a exaltação da Ditadura Militar.

O crescimento das resistências às políticas pró-diversidade se dá em paralelo ao avançar das agendas anti-homofobia e de direitos LGBT, sexuais e reprodutivos. Ao tempo que o governo Lula possibilitou que os movimentos sociais LGBT e feministas

ampliassem sua atuação e passassem não só a serem ouvidos, como também a fazerem parte da construção das políticas de enfrentamento a violência, gestava-se entre os partidos de direitas e movimentados derrotados na eleição de 2002 os sentimentos que culminam na política neoconservadora que vivenciamos hoje.

Nesse ponto, Lacerda (2016) chama atenção ao teor *reacionário* das falas dos parlamentares, que desde o princípio da agenda antigênero justificavam-se como uma reação as proposições em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, e pela cidadania LGBT. Tanto Lacerda (2016) quanto Machado e Burity (2014) chegam a conclusões análogas no que tange a esse ponto: a agenda da bancada evangélica e das organizações antigênero é reativa e passa a ser pautada como um reflexo dos ganhos dos movimentos LGBT e feministas, sobretudo no segundo mandato do presidente Lula, que compreende o quadriênio 2006-2010, intensificando-se no primeiro mandato da presidente Dilma, especialmente nos embates envolta do lançamento do programa Escola Sem Homofobia, que ficou popularmente conhecido como Kit Gay.

Aragusuku (2019), Lacerda (2016), e Machado e Burity (2014) sinalizam que o avanço das políticas no campo das questões de gênero e sexualidade, em especial a sua interface com a educação, provocou um processo de reorganização nas forças neoconservadoras do Congresso, que intensificam a ofensiva política moralizante de exaltação dos valores tradicionais e costumes sexuais, agora com o agravante da proteção da infância e da sexualização precoce através da oposição à agenda *anti-homofobia* na escola.

O ponto mais alto desse embate se deu nas eleições de 2018, quando o projeto político de país abertamente antigênero saiu vitorioso com a escolha de Jair Bolsonaro para Presidente da República. A nitidez da agenda antigênero encabeçada pela Frente Parlamentar Evangélica e que teve como porta-voz o atual presidente pode ser verificada no primeiro ano de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Através de sua conta pessoal no Twitter, principal meio de comunicação de Bolsonaro com seus

eleitores, o presidente manteve ao longo do ano de 2019 o tom da campanha e os ataques às questões de gênero, investindo em uma guerra discursiva, que tem como um dos principais alvos os direitos das mulheres e das pessoas LGBT.

O governo Bolsonaro e as questões de gênero e sexualidade

No dia 05 de janeiro, cinco dias após a posse, ao anunciar o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Murilo Resende, o presidente publicou em sua rede social que em seus estudos, o novo coordenador deixa claro que “prioriza o ensino ignorando a atual promoção da lacração”. Ainda no mesmo mês, após 23 dias de empossado, Bolsonaro comemorou a desistência do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) de ocupar o cargo de Deputado Federal, para o qual foi eleito nas últimas eleições. Não satisfeito, o presidente ainda comemorou o fato de que Jean Wyllys anunciou que iria embora do país por estar sofrendo ameaças de morte. Em 13 de Fevereiro de 2019, também em sua conta no twitter, Bolsonaro se posicionou contra a Criminalização da Homofobia, que havia entrado em pauta no Supremo tribunal Federal (STF) naquele dia.

Uma das postagens mais emblemáticas aconteceu no dia 05 de março de 2019, quando, para criticar o carnaval brasileiro, o presidente publicou em sua rede social um vídeo onde duas pessoas LGBT faziam uma performance queer em cima de um contêiner, tendo gerado todos os tipos de comentários em torno da “chuva dourada”.

Quem também teve grande destaque na mídia devido às declarações que atacam pessoas LGBT e as questões de gênero e sexualidade foi a ministra Damares Alves. No terceiro dia de governo, na sua posse como Ministra da Mulher Família e Direitos Humanos, disse que iria “acabar com a doutrinação ideológica das crianças e adolescentes”, fazendo referência ao que convencionalmente tem sido chamado de Ideologia de Gênero (NUNES, 2019), e que o Brasil estaria entrando em uma nova era,

em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, que “menina será princesa e menino será príncipe”, em uma clara ofensiva às pessoas trans e as questões relacionadas a identidade de gênero, traindo portanto um acordo estabelecido com a ABGLT ainda em dezembro, de cooperação em prol da cidadania LGBT.

Muito além do campo discursivo, o primeiro ano do governo Bolsonaro foi palco de um desmonte de políticas públicas para pessoas LGBT nas mais diversas áreas. No Ministério da Saúde (MS) aconteceu a publicação de uma orientação para que fossem desconsideradas campanhas específicas de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) para a população de homens gays, travestis, homens trans, bissexuais e mulheres lésbicas e trans (LONGO, 2019), sob a justificativa de que o ministério não irá “ofender as famílias”.

Na cultura e nas artes, Bolsonaro vetou a liberação de verbas da Agência Nacional de Cinema (Ancine) para projetos que envolvem temáticas sobre gênero e sexualidades, e suspendeu um edital que pretendia selecionar e financiar séries LGBT para TVs públicas (SOTO, 2019). No Rio, sob a alegação de conteúdo sexual para menores, o prefeito Marcelo Crivela retirou HQs com beijo entre homens da Bienal do livro e autorizou que livros considerados impróprios para crianças e adolescentes fossem lacrados com plástico preto.

Até a Advocacia Geral da União (AGU) foi incluída no processo de desmonte e ataque à cidadania LGBT, se manifestando contra a criminalização da homofobia no processo que corria no STF. Mais uma vez fazendo uso de redes sociais, o presidente se manifestou contra a criminalização e declarou como “completamente equivocada” a decisão do STF que criminalizou a homofobia e transfobia em 13 de junho de 2019 (OLIVEIRA, BARBIÈRE, 2019).

De todas as áreas, a Educação tem sido o lugar onde são gestados os principais ataques à comunidade LGBT, sob a égide da defesa à família, respeito às moralidades e

valores cristãos, e combate a suposta Ideologia de Gênero. O Governo Bolsonaro e o bolsonarismo atuante na câmara dos deputados e em diversas prefeituras e governos estaduais do país têm se empenhado em barrar avanços no campo das políticas educacionais pró-diversidade.

O primeiro deles foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pasta do Ministério da Educação (MEC) responsável pela promoção de políticas educacionais que transversalizem questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, além de outras questões como raça, etnia, origem, posição econômica, deficiências, condição geracional e outras diferenças.

A oposição às políticas pró-diversidade e as discussões de gênero e sexualidade na escola fazem parte da agenda central do governo. Em novembro de 2018, antes de assumir a presidência, quando questionado sobre o perfil de ministro que assumiria a pasta da educação, Bolsonaro declarou ao UOL que o mesmo seria:

[...]“contra Ideologia de Gênero, quem ensina sexo para criança é papai e mamãe. Escola é lugar de se aprender física, matemática, química, para fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal” (Jair Bolsonaro em entrevista a Uol em 22 de novembro de 2018).

O segundo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que assumiu o ministério em abril de 2019, seguiu a tônica da oposição às políticas educacionais pró-diversidade e contribuiu com o ataque discursivo às questões de gênero e sexualidade. O principal ataque do MEC à comunidade LGBT, em especial às pessoas trans, aconteceu no dia 16 de julho, onde, através da rede social Twitter, o então presidente Jair Bolsonaro anunciou que, após intervenção de Weintraub, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) havia decidido suspender o processo seletivo específico para candidatas(os) travestis, transexuais,

transgêneras e intersexuais nos cursos de graduação presencial ofertados pelos campi Ceará e Bahia.

Na Câmara dos Deputados, outros ataques as questões de gênero e sexualidade passam a ser orquestrados a partir de 2019, com finalidade de derrubar avanços legislativos nos termos das questões de gênero e sexualidade, como o PL 520/2019 de Jaziel (PL/CE), Silas Câmara (REPUBLIC/AM), Paulo Freire Costa (PL/SP) e outros, que propõe sustar a resolução Nº 1/2018 do CNE que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares e o PL 3419/2019 de Heitor Freire - PSL/CE, que propõe a proibição de cirurgia de *transgenitalismo* e do tratamento de redesignação sexual em menores.

A busca por Ideologia de Gênero na atividade legislativa da Câmara dos Deputados encontra 118 resultados, e a maior concentração deles se dá em 2019, com 26 propostas, sendo 13 delas projetos de lei, todos eles sugerindo proibições em função da disseminação dos pressupostos da Ideologia de Gênero. Entre os Requerimentos, chama atenção a proposição feita pela deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), REQ 136/2019, solicitando a realização de sessão solene para celebração do *Dia de Combate à Ideologia de Gênero no Brasil*, 21 de março.

Atualmente há na câmara dos deputados pelo menos 19 projetos que tem como alvo a doutrinação ideológica ou a Ideologia de Gênero nas escolas. Parte desses projetos funcionam como gambiarras legais, até que a Câmara dos Deputados defina parâmetros específicos sobre essa matéria. Como parte dessa estratégia, deputados têm apensado projetos de leis que antes tramitavam isolados. Como os PL e movimentações em torno da LDB não estavam logrando grandes ganhos, as articulações entre as bancadas fundamentalistas passam a propor projetos de leis e medidas provisórias que tentam alcançar isso por outras vias. O Estatuto da Família, por exemplo, não só excluía organizações familiares LGBT, como propunha também que a educação moral dos e das estudantes seja de inteira responsabilidade dos pais, e que os currículos do ensino

fundamental e médio tenham em sua base nacional comum curricular o componente de “Educação para a família”.

Para algumas bancadas da câmara, gênero passa a significar um mal que deveria ser combatido em todos os contextos da administração pública e atuação parlamentar, indo muito além apenas da proposição (ou não) de políticas públicas pró/anti questões de gênero, para remoção das expressões gênero e ou sexualidade dos documentos oficiais, e a proibição da circulação de materiais escolares com essas temáticas. O processo de escolha, confecção e distribuição de livros didáticos e paradidáticos se torna um dos focos de atuação desses mesmos deputados, que tem propostos inúmeros projetos com mesmo teor justificativo, na tentativa que seja proibida a orientação e distribuição nas escolas públicas de livros que versem sobre diversidade sexual.

Mesmo ainda em tramitação, este tem sido um dos principais ganhos das políticas antigênero, já que diversos municípios e unidades federativas desenvolveram medidas próprias de coibir e sustar a distribuição de materiais didáticos que sejam considerados inapropriados para crianças e adolescentes. Em 2017, o prefeito da cidade de Ariquemes (RO) mandou rasgar páginas de livros que continham diversidade familiar como casamentos entre pessoas do mesmo sexo e adoção por casais homoparentais (CARLOS, 2017); na cidade de São Paulo, em 2019, o prefeito João Dória mandou recolher livros didáticos de ciências do 8º ano da rede estadual que abordavam identidade de gênero e orientação sexual (PINHO, 2019)⁴.

Começam também a surgir proposições de alteração do Código Penal, com finalidade de não somente coibir as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, mas criminalizar e enquadrar o ato no crime de assédio, sexualização e aliciamento de menores, que é o caso do PL 1297/2019 de autoria de Carlos Jordy que propõe a alteração do código penal para penalização de um a três anos e multa para casos onde

⁴ Nos casos mencionados houve decisões judiciais favoráveis à circulação e retorno dos materiais às escolas.

crianças e adolescentes sejam expostos a práticas de *lascívia* e *obscenidades* em locais públicos bem como em eventos abertos ou expostos ao público em função da Ideologia de Gênero; e o PL 3492/2019 de autoria da deputada Carla Zambelli, Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro que propõe a alteração dos artigos. 75, 121 e 129 do Código Penal para incluir a *imposição* de Ideologia de Gênero no rol dos crimes hediondos.

Em todas as assembleias legislativas dos estados da federação foram feitas proposições de projetos de lei que instituíam o Escola Sem Partido na educação pública estadual, e/ou proibiam mais especificamente o ensino das questões de gênero e sexualidade e a doutrinação ideológica dos estudantes. Em um levantamento por mim realizado, verifiquei que, até maio de 2020, os estados de Roraima e Alagoas eram os únicos com leis antigênero aprovadas, enquanto que no Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Paraná projetos parecidos foram rejeitados nas casas legislativas estaduais.

Já, no levantamento realizado por Fernanda Moura e Renata Aquino através do Movimento “Escola Sem Mordaca”, atualizado pela última vez no segundo semestre de 2019, consta que ainda há 16 projetos em tramitação em 11 estados e no Distrito Federal: Amazonas, Ceará, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Espírito Santo; e que outros 15 projetos em 10 estados e no Distrito Federal foram arquivados e/ou retirados: Pernambuco, Paraíba, Paraná, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Alagoas, Espírito Santo, e Mato Grosso. Chama atenção que em alguns estados há mais de uma proposição de mesmo teor tramitando, como no caso do Amazonas, São Paulo e no Distrito Federal, e em outros há a reincidência de novas proposições mesmo após o arquivamento ou retirada, como no caso do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Nesse bojo, diversos municípios brasileiros aprovaram leis municipais que vetavam e proibiam debates sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas e particulares municipais. No levantamento realizado pelo movimento “Escola Sem

Mordaça”, atualizado pela última vez no segundo semestre de 2019, haviam 41 Projetos de Lei em Vigor e 53 em tramitação nos municípios brasileiros. O levantamento realizado pelo movimento aponta ainda 77 projetos de lei que não estão em vigor ou tramitação por terem sido vetados, arquivados, suspensos, entre outras ações que barraram a sua aplicação. Ao todo o movimento mapeou 171 projetos, sendo que 93 trazem em seu teor a proibição às questões de gênero e sexualidade sob a ótica da Ideologia de Gênero.

Como reflexo e em resposta aos avanços legislativos do MESP em cidades brasileiras, em 2017, o então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, apresentou ao STF arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra legislações municipais de seis cidades brasileiras que vedavam políticas e ações educacionais com informações sobre gênero e diversidade sexual (KALIL, 2019). Segundo Kalil (2019), as ADPFs fazem parte de uma ação realizada pelo Ministério Público Federal a partir de uma representação apresentada por Deborah Dupurar, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão pedindo a inconstitucionalidade das leis antigênero das cidades de Novo Gama/GO (ADPF 457), Cascavel/PR (ADPF 460), Paranaguá/ PR (ADPF 461), Blumenau/SC (ADPF 462), Palmas/TO (ADPF 465), Tubarão/SC (ADPF 466) e Ipatinga/MG (ADPF 467) (KALIL, 2019).

A tramitação da ADFP 457 seguiu até abril de 2020 quando, por decisão unânime, foi julgada inconstitucional pelo STF. Em princípio, a decisão do STF baseia-se na questão da competência legislativa, já que não é de ordem municipal a edição de normas que definam os “currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modo de exercício docente” (sic). Os efeitos da decisão tomada pelo STF passam a servir para outras iniciativas municipais de mesmo teor, e também para aquelas já passadas, que pretendiam legislar sobre o tema.

Não é a primeira vez que o STF julga esse tipo de matéria, em dezembro de 2019, o ministro Luís Roberto Barroso suspendeu os efeitos de dispositivo de uma

legislação municipal parecida, em Londrina no Paraná, por meio da ADPF 600, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e pela Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais. Da mesma forma, ocorreu em outubro de 2019, quando Gilmar Mendes suspendeu a lei municipal de Ipatinga (MG) que proibia o ensino de questões relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual.

Como reflexo a posição tomada pelo STF, Jair Bolsonaro afirmou que enviará para o congresso projeto de lei de iniciativa do executivo, a fim de regulamentar a proibição das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação brasileira. Esse movimento que opera através das casas legislativas, resultado dos debates em volta do Plano Nacional de Educação, tem rodado o país e gerado tensões nas câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais Brasil a fora, impondo uma nova ordem na política educativa.

Mesmo com tantas iniciativas, até o fim do primeiro ano de mandato do Governo Bolsonaro, não há ainda no Brasil nenhuma legislação federal específica que proibam esses debates na escola, entretanto, ao longo dos últimos anos estratégias foram operadas pelo neoconservadorismo afim de interferir na política educacional e barrar possíveis avanços no campos das políticas de gênero, sexualidade e diversidade na educação. Como reflexo disso, há um notório aumento das violências LGBTfóbicas, assim como da reprodução de machismo, misoginia e outras violências que tem como base as questões de gênero.

As produções discursivas do bolsonarismo, sejam elas contra as questões de gênero e sexualidade através da retórica da Ideologia de Gênero, sejam diretamente contra a existência e manifestação cultural, artística e afetiva de pessoas LGBT, tem contribuído com o aumento da violência LGBTfóbica e acirrado as discriminações às pessoas LGBT na escola, na universidade e nos mais variados espaços públicos. Análises recentes (COSTA, QUEIROZ, 2019; QUINALHA, 2019) têm relacionado o

aumento da violência LGBTfóbica no Brasil com o crescimento dessas retóricas neoconservadoras que criminalizam as discussões de gênero e sexualidade na educação pública, e constantemente atacam os direitos da população LGBT.

Notas (in)conclusivas sobre o aumento da LGBTfobia

Nos últimos anos o número de mortes violentas de pessoas LGBT no Brasil esteve em crescimento. Coletando dados e registrando as estatísticas de violências contra pessoas LGBT a mais de 38 anos, o Grupo Gay da Bahia relata a ascendência desses assassinatos que, nos últimos 10 anos, encontraram seu ponto máximo em 2017 quando registrou 445 mortes, o mesmo que um homicídio a cada 21 horas (HERMANSON, 2019). Um número superior ao que foi registrado nos dois anos seguintes, quando houve uma queda nas estatísticas. Enquanto em 2018 houve ainda 420, em 2019 foram registradas 329 mortes, sendo 297 assassinatos e 32 suicídios, o que ainda assim tem feito do Brasil o país que mais mata violentamente pessoas LGBT.

Ao contrário do que se possa imaginar, a redução do número de mortes não está relacionada a qualquer política pública que fortaleça os direitos e promova a cidadania LGBT, especialmente no ano de 2018, onde o que se viu foi um aumento da violência física e discursiva. Ainda não há estudos que investiguem, substancialmente, se a diminuição de assassinatos e suicídios de pessoas LGBT no ano de 2019, quando a redução em números oficiais se deu em 26%, contrariando a perspectiva do crescimento dos anos anteriores, esteja se dando em função da criminalização da homofobia ou se é resultado da complexificação da subnotificação de crimes com teor LGBTfóbicos.

Luis Mott, fundador do GGB, em entrevista ao site UOL em abril de 2020, atribui a queda no número de assassinatos ao estado de violência LGBTfóbica reforçado pelo bolsonarismo no discurso do presidente, que tem levado a população LGBT a se *acautelar* (sic) e redobrar as estratégias de prevenção (ROLIM, 2020).

A explicação mais plausível para tal diminuição se deve ao persistente discurso homofóbico do presidente da República e sobretudo às mensagens aterrorizantes dos 'bolsominions' nas redes sociais no dia a dia, levando o segmento LGBT a se acautelar mais, evitando situações de risco de ser a próxima vítima, exatamente como ocorreu quando da epidemia da Aids e a adoção de sexo seguro por parte dessa mesma população (Luis Mott em entrevista ao UOL em 23 de abril de 2020 s/p).

Ao contrário de Luis Mott, Bruna Benevides, secretária de articulação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais e responsável pelo dossiê "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 atribui a queda de mortes em relação a 2018 à baixa quantidade de notificação de casos de LGBTfobia, e mais especificamente de casos de transfobia que também apresentaram queda de 23% no índice de assassinatos em relação ao ano anterior (BATISTA, 2020).

Segundo Benevides e Nogueira (2020) além da subnotificação, há uma enorme ausência de dados governamentais sobre o assassinato de pessoas LGBT. O acompanhamento das mortes tem sido feito através do levantamento de notícias e de registros lançados no Mapa de Assassinatos, quase sempre casos subnotificados. As autoras do dossiê partem da premissa de que nem toda morte de pessoa LGBT vira notícia, nem necessariamente é denunciada como crime de ódio, fazendo com que a suposta queda no número de assassinatos não reflita em diferenças significativas no dia a dia das pessoas LGBT, especialmente das pessoas trans, onde foram registradas 50 tentativas de homicídio em 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

No decorrer desse texto, vimos que há um acirramento das situações de violências contra grupos historicamente subalternizados, resultado dessa atual produção de discursividades que descaracteriza a importância das agendas de direitos humanos e minorias. Uma pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo em 20 de março de 2019, afirma que há uma escalada de violência contra a população LGBT no Brasil desde o período eleitoral do ano passado (MENA, 2019).

A pesquisa, financiada pela Fundação Ford, aponta que 51% dos LGBT afirmam ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua identidade de gênero e orientação sexual. Entre os/as agredidos/as, 94% foram vítimas de violência verbal e 13% de violências físicas. Esse mesmo dado é mostrado pelo Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, que em outubro de 2018 recebeu 272% mais denúncias de violências LGBTfóbicas do que no mesmo período em 2017, sendo 330 casos em outubro de 2018 contra 131 em outubro de 2017.

Em um estudo publicado pela Revista Gênero e Número no ano de 2019, em média, 11 pessoas trans são agredidas por dia no país. O levantamento feito por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação mostrou que houve um aumento de 800% nas denúncias de violência contra população trans. Segundo Silva (2019), além das agressões físicas, pessoas trans constantemente relatam atendimentos transfóbicos por agente públicos, em especial nas delegacias e hospitais.

A raça é critério fundamental de análise dos marcadores sociais das pessoas LGBT que são violentadas e assassinadas no Brasil. Nesse mesmo levantamento, a Revista Gênero e Número constatou ainda que as agressões a pessoas trans tem influência racial e incidem muito mais fortemente em pessoas negras, que corresponde a cerca de 60% das vítimas. Esse dado do perfil das vítimas por raça também se repete no número de mortes e tentativas de assassinato, correspondendo a, respectivamente, 82% e 76% das vítimas de transfobia.

Outros levantamentos produzidos no mesmo período, onde se verifica a queda no número de assassinatos, revelam que a LGBTfobia continua expressiva e em crescimento na sociedade brasileira. Segundo Benevides e Nogueira (2020), uma pesquisa realizada pela ANTRA aponta que 99% da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos não se sentiam seguros no Brasil em 2019.

Em outro levantamento, também realizado pela Revista Gênero e Número⁵, que mapeou a incidência de violência sobre a população LGBT nos contextos eleitoral e pós-eleitoral das eleições de 2018, verificou-se, entre outras coisas, a percepção de um acréscimo de violências contra pessoas trans durante o período eleitoral, manifestado por 92,5% das pessoas entrevistadas (BULGARELLI; FONTGALAND, 2019).

Os resultados da pesquisa indicam um efetivo aumento da percepção de violências cometidas contra pessoas LGBT+ desde o começo das eleições de 2018 até as primeiras semanas 2019. Neste período, ser LGBT+ no Brasil significou, para ao menos 92,5% dos/ as participantes, levar a vida cotidiana em meio a um ambiente político mais agressivo, já que foi esse o percentual que relacionou a percepção do aumento de violência ao período eleitoral e pós-eleitoral. (BULGARELLI; FONTGALAND, 2019: 60).

Entre os grupos investigados, Bulgarelli e Fontgaland (2019) afirmam que há concentração de maior incidência de violência contra pessoas não cisgêneras, a exemplo das travestis, pessoas não-binárias e mulheres e homens trans. Os autores identificaram a rua ou espaços públicos, comércios e serviços públicos, e espaços familiares como os principais lugares onde pessoas LGBT sofreram violações que, em 86% dos casos, foram cometidas por pessoas desconhecidas (BULGARELLI, FONTGALAND, 2019).

Em outro levantamento, dessa vez realizado entre estudantes universitários no ano de 2018, como parte de uma pesquisa que investigava a permanência universitária de pessoas LGBT, verificou-se também que a propagação do discurso da Ideologia de Gênero já afetava e se reverberava ganhando legitimidade no espaço universitário, onde o foco principal dessas violências baseadas no gênero têm sido as mulheres e pessoas LGBT, em especial aqueles e aquelas que estão envolvidas com os estudos de gênero e sexualidade, e a militância feminista e de diversidade sexual.

⁵ A pesquisa “Violência contra LGBTs+ no contexto eleitoral e pós-eleitoral” foi desenvolvida pela Revista Gênero e Número, publicada num relatório assinado por Lucas Bugarelli e Arthur Fontgaland (2019), buscou compreender as diferentes dimensões da violência contra pessoas LGBT em três capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O relatório produzido e publicado pode ser acessado nesse link: <http://violencialgbt.com.br/>

Correlacionado com o aumento da violência lgbtfóbica, as categorias gênero e sexualidade tem mobilizado os setores conversadores do Brasil em função da defesa da família, das crianças e a partir de pânicos morais que fantasiam uma doutrinação ideológica do gênero. A escola se constitui como o principal espaço onde essas questões se reverberam a partir do silenciamento das discussões das questões de gênero e sexualidade, e um reforço das condições de subalternidades e violências na qual se encontram as pessoas LGBT.

O discurso da Ideologia de Gênero, empregado para caracterizar quaisquer esforços em prol da cidadania LGBT e dos debates de gênero e sexualidade na educação ganhou notoriedade no Brasil, especialmente pelo seu poder mobilizador que fez com que a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação fossem aprovados sem menções à superação da violência lgbtfóbica na escola e diversidade sexual e de gênero.

Esse mesmo discurso aglutinou apoiadores do governo Bolsonaro em torno da política de moralidades, do conservadorismo e da militarização, que, assim como já foi salientado, contribuiu com o aumento da LGBTfobia em sua manifestação espetacularizada, cotidiana e discursiva. É nesse sentido que acredito que as categorias gênero e sexualidade passam a ter foco e centralidade no governo Bolsonaro, porém com lentes que estão muito interessadas em cecear direitos, produzir violências e instituir pânicos morais e moralidades.

Referências

- AMORIM, Felipe. **Após polêmica, Bolsonaro diz que procurador a favor de Escola sem Partido é cotado para Educação.** Uol. Brasília. 22 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/22/apos-polemica-bolsonaro-cita-procurador-contrario-a-discussao-de-genero-para-educacao.htm>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- BALDAN, Merilin. **Do programa Escola sem Partido como apanágio do “ódio à democracia” ou como projetos neoconservadores e liberais negam a educação para todos.** Fênix-Revista de História e Estudos Culturais, v. 14.

- BARAJAS, Karina Bárcenas. **Moral and gender panic in Mexico and Brazil: legal and social rituals of the evangelical policy to disable the principles of a lay state.** *Religião & Sociedade*, v. 38, n. 2, p. 85-118, 2018.
- BARROCO, M. L. S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>
- BATISTA, Fabiana. **Brasil registra 124 assassinatos de transexuais em 2019.** *Uol*. São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/29/dossie-de-violencia-contras-pessoas-trans-em-2019.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020, 80p. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contras-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.
- BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral.** Rio de Janeiro: Revista Gênero e Número, 2019. 72 p. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.
- CALEIRO, João Pedro. **Bolsonaro promete fim do "coitadismo" de negro, gay, mulher e nordestino.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- CARLOS, Jeferson. **Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays.** *G1*. Ariquemes, p. 1-1. jan. 2017. Disponível em: Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays. Acesso em: 12 maio 2020
- CORSETTI, Berenice. **Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil.** *Educação Unisinos*, v. 23, n. 4, p. 774-784, 2019.
- COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; QUEIROZ, João Pedro Pereira de. **Para além da criminalização da lgbtfobia: cidadania, políticas públicas e direitos LGBT.** In: Debates e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e de gênero [recurso eletrônico] / organizadoras Maria Goretti Soares Mendes, Rebeca Spencer Hartmann, Regina Alice Rodrigues Araujo Costa. -- Recife : FASA, 2019, p. 64 - 79.
- ERTHAL, Luiz Augusto. **Mais de 30 universidades invadidas.** 2018. Disponível em: http://www.todapalavra.info/single-post/2018/10/26/Mais-de-30-universidades-invadidas?utm_campaign=bc4eded6-5fa3-4399-9f39-de3fb3922944&utm_source=so. Acesso em: 07 nov. 2018.
- GONZALEZ, Jeferson Anibal; DA CRUZ COSTA, Michele Cristine. **Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação.** *Quaestio-Revista de Estudos em Educação*, v. 20, n. 3, p. 551-565, 2018.
- GRUPO GAY DA BAHIA - GGB (Salvador). **Bolsonaro tá chegando, "corra você que é viado": adolescentes debocham de LGBT em vídeo.** 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2018/10/11/bolsonaro-ta-chegando-corra-voce-que-e-viado-adolescentes-debocham-de-lgbt-em-video/>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- HENRIQUES, Camila. **Professor relata agressão de aluno após vídeo sobre fascismo na Ufam: 'Jogou mesa na minha direção', diz.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/10/06/professor-relata-agressao-de-aluno-apos-video-sobre-fascismo-na-ufam-jogou-mesa-na-minha-direcao.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "Ideologia de Gênero": a emergência de um cenário político-discursivo ea elaboração de uma retórica reacionária antigênero.** *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KALIL, Isabela Oliveira. Incurções da “Ideologia de Gênero” na Educação. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 29, p. 119-128, maio 2019. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/09-sur-29-portugues-isabela-oliveira-kalil.pdf>.

Acesso em: 13 maio 2020.

LACERDA, Marina Basso. **Ideologia de Gênero” na Câmara dos Deputados**. Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, v. 30, 2016.

LEMOS, Ana Carla da Silva; CORDEIRO, Nathalia Christina. **Pensamentos e resistências lésbicas feministas, dialogando com teóricas clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos**. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 4, n. 2, p. 57-65, 2018

LIMA, Beá. **Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html. Acesso em: 06 nov. 2018.

LIMA, Jônatas Dias. **“O que é “Ideologia de Gênero”?”**. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-ideologia-de-genero-0zo80gzpwbxg0qrmwp03wpp1/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

LINHARES, Lorena. **Travesti é espancada por dois homens após discussão no interior do Piauí**. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2018/09/27/travesti-e-espancada-por-dois-homens-apos-discussao-no-interior-do-piaui.ghtml>. Acesso em: 06 nov. 2018.

LONGO, Ivan. **100 dias de retirada de direitos e violência contra a população LGBTI**. 2019. Disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/100-dias-de-retirada-de-direitos-e-violencia-contr-a-populacao-lgbti/>. Acesso em: 02 maio 2019.

LUNA, Naara. **A criminalização da “Ideologia de Gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015**. Cadernos Pagu, n. 50, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. **A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos**. Dados, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. **Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa**. 2018. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-causa-de-pesquisa/>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MARQUES, Marília; CARVALHO, Leticia. **Livros de direitos humanos são rasgados na biblioteca da UnB**. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/04/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MARTINELLI, Andréa. **16 pontos para entender ação de Crivella contra livros LGBT na Bienal do Rio**. **Huff Post Brasil**. Rio de Janeiro. 09 set. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/crivella-livro-lgbt-bienal_br_5d76afcbe4b0752102312e3a. Acesso em: 17 jun. 2020.

MATOS, José Edgard de. **Video mostra palmeirenses entoando grito homofóbico que cita Bolsonaro**. Disponível em:

<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/10/04/palmeirenses-viralizam-na-internet-com-grito-homofobico-que-cita-bolsonaro.htm>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MENA, Fernanda. **Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições**. 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-des-de-as-eleicoes.shtml>. Acesso em: 02 maio 2019.

- MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “Ideologia de Gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro.** *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay.** *cadernos pagu*, n. 28, p. 101-128, 2007.
- MOLL, R. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?** 2015. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opinioao/2015/43>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.
- MUNIZ, Tailane. **'Sou negra, fui um alvo escolhido', diz professora da Ufba ao relatar ameaça.** 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sou-negra-fui-um-alvo-escolhido-diz-professora-da-ufba-ao-relatar-ameaca/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- NUNES, Caian. **Seria uma nova era? Meninos vestem azul e meninas vestem rosa?** 2019. Disponível em: <<https://portalpopline.com.br/seria-uma-nova-era-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa1/>>. Acesso em: 02 maio 2019.
- OLIVEIRA, Joana. **Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- PAULA, Alexandre de. **Professora da UnB registra boletim de ocorrência após ser ameaçada de morte.** 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/07/04/ensino_ensinosuperior_interna,692907/debora-diniz-professora-da-unb-recebe-ameacas-pela-internet.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- PINCEL, Paulo. **Universitário é brutalmente espancado em Teresina.** 2018. Disponível em: <<http://piauihoje.com/noticias/universitario-e-brutalmente-espancado-por-seguidores-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- PINHO, Angela. **Após recolher apostila, Doria diz que Crivella perdeu a razão ao censurar livro no Rio.** *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 1-1. set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/apos-doria-mandar-recolher-apostila-alunos-ficam-sem-material-de-8-disciplinas.shtml>. Acesso em: 12 maio 2020.
- PITASSE, Mariana. **Estudante é atacada por eleitor de Bolsonaro no Rio de Janeiro.** Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2018/10/12/estudante-e-atacada-por-eleitor-de-bolsonaro-no-rio-de-janeiro/index.html?fbclid=IwAR3dXk3cCzALeZ9XlQ64ZZ1s4nIyHjU9JOp7Li9EX6hZqtudyEFzKXsuZHI>>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- QUIRINO, Rangel. **Transexual morre após ser esfaqueada por apoiador de Bolsonaro em Aracaju.** 2018. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/10/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- REVISTA FÓRUM (São Paulo). **Aos gritos de “Bolsonaro”, travesti é morta a facadas no centro de SP.** 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-e-morta-a-facadas-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- ROLIM, Marcio. **Brasil registra morte de 1 LGBT+ a cada 26 horas somando 329 em 2019.** *Bol. São Paulo*, 24 abr. 2020. Observatório G, p. 1-1. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/brasil-registra-morte-de-1-lgbt-a-cada-26-horas-somando-329-em-2019>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- SILVA, Vitória Régia da. **Transfobia: 11 pessoas trans são agredidas a cada dia no Brasil.** *Revista Gênero e Número*. Rio de Janeiro, 21 jun. 2019. Disponível em:

<http://www.generonumero.media/transfobia-11-pessoas-trans-sao-agredidas-a-cada-dia-no-brasil-2/>.

Acesso em: 20 jun. 2020.

SOTO, Cesar. **Bolsonaro diz que não vai financiar produções com temas LGBT; conheça séries citadas.** G1. Brasília. 16 ago. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/16/bolsonaro-diz-que-nao-vai-financiar-producoes-com-temas-lgbt-conheca-series-citadas.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUSA, Felipe. **Cabeleireiro gay é assassinado por eleitor obcecado por Bolsonaro.** Disponível em: <<http://pneeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/>>.

Acesso em: 06 nov. 2018.

SOUTO, Luiza. **Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório: levantamento mostra que maioria das vítimas morre com armas de fogo e na rua.** O Globo. São Paulo, p. 1-1. 17 jan. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9ooyx33>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA (São Luís). **Nota de repúdio sobre agressão a estudantes do curso de Filosofia.** 2018. Disponível em:

<<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=52928>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

XIMENES, S. **O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”?** In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.* São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.

ZANATTA et al. **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539282750_803269.html>. Acesso em: 07 nov. 2018.

Neoconservatism and Anti-Gender Offensives in Brazil: the mobilization of the “Gender Ideology” and the production of LGBTphobias under Bolsonaro

Abstract: In Brazil, especially in the midst of the 2018 presidential campaign, the main strategy used by neoconservatism was the activation of the Gender Ideology category, a device that mobilizes moral panics due to an alleged effort by feminist and LGBT movements, and by scholars in the field of gender and sexualities to impose legislative instruments in favor of sexual and reproductive rights, and the debate on gender and sexuality in education. As a reflection of this, there has been an increase in LGBTphobia in its discursive and physical manifestation, the persecution of gender and sexuality studies, and the restriction of LGBT citizenship. This text aims to reflect on the attacks on gender and sexuality issues and on LGBT people operated in Brazil by neoconservatism since the electoral campaign that culminated in the election of President Jair Bolsonaro until his first year of government. To this end, the statements and attacks of the current president on gender issues will be analyzed, as well as the repercussion of this among his followers, who have transformed anti-gender discourse into acts of violence.

Recebido em: 12/04/2021

Aprovado em: 09/07/2021